

**Referências das Rotinas Administrativas da DGLOG**

**Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas**

|  |
| --- |
| **RAD-DGLOG-001** **- Documento Estratégico da DGLOG**Com vigência a partir de 25/11/2019 |
| [**A Resolução O.E. nº 12/2017, publicada em 19/10/2017**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=204190&integra=1), alterou a Resolução nº 01/17, procedendo a ajustes na estrutura de cargos do Departamento de Infraestrutura Operacional - DEIOP |
| [**A Resolução O.E. nº 12/2017, publicada em 19/10/2017**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=204190&integra=1), alterou a Resolução nº 01/17, procedendo a ajustes na estrutura de cargos do Departamento de Contratos e Atos Negociais –DECAN |
| [**A Resolução TJ/OE nº 11/2018, publicada em 26 de outubro de 2018, alterou a Resolução TJ/OE nº 01/2017**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=213121&integra=1), procedendo a ajustes na estrutura de cargos DGLOG, que passou a ser composta de: Gabinete, Assessoria Técnica, Assessoria Jurídica, Órgãos Julgadores de Licitação e mais 7 (sete) departamentos: Departamento de Contratos e Atos Negociais (DECAN), Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes (DELFA), Departamento de Infraestrutura Operacional (DEIOP), Departamento de Patrimônio e Material (DEPAM), Departamento de Transportes (DETRA), Departamento de Engenharia (DEENG) e Departamento de Execução de Contratos de Prestação de Serviços (DECOP). |
| **RAD-DGLOG-003** **- Procedimentos para Regularização e Controle das Ocupações de Terceiros nas Áreas do PJERJ**Com vigência a partir de 29/03/2019 |
| [**Lei Federal nº 8.666/93**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm) **-** Institui normas para licitações e contratos da administração pública. |
| [**Ato Normativo TJ nº 04/2007**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=139353) - Estabelece critérios para fixar remuneração e/ou encargos devidos em razão de ocupação de imóvel na forma de cessão de uso, concessão de uso ou permissão de uso outorgadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; |
| [**Ato Normativo 03/2015**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=186903) – Altera o §3º do artigo 3º do ato Normativo TJ/RJ nº04/2007. |
| [**Ato Normativo TJ nº 1, de 07/04/2004**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=139651&integra=1) - Estabelece procedimento administrativo de controle e cobrança dos débitos apurados em decorrência de permissão ou de cessão de uso de bens públicos a terceiros, referentes aos bens afetados ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;  |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 27, de 26/09/2011**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=140298), alterado pela [**Resolução TJ/OE/RJ nº 35, de 07/11/2011**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=139952) **-** Regulamenta as salas especiais permanentes destinadas aos advogados com uso assegurado a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), nos termos da [**Lei n. 8904/94**](http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/108570/lei-8904-94)**.** |
| [**Aviso TJ nº 57/2010**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=145753&integra=1) - Enunciado 59 - As cláusulas previstas nos Termos de Permissão e Cessão de Uso, inclusive as atinentes ao valor e a periodicidade da remuneração, permanecerão inalteradas mesmo quando vencidos os termos até a efetiva desocupação do imóvel.  |
| **RAD-DGLOG-005 – Ciclo de Formação e Execução de Contratos Administrativos**Com vigência a partir de 07/11/2017 |
| [**Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm)(Lei Geral de Licitações). |
| [**Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm)(Lei de Responsabilidade Fiscal). |
| [**Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm)(Lei do Pregão). |
| [**Lei federal nº 4320/64**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm) - (Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal). |
| [**Decreto federal nº 7.892/13**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm) **–** Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei federal nº 8.666/93, e no art. 11 da Lei federal nº 10.520/2002. |
| [**Lei 13.019/14**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm) **–** Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil. |
| [**Ato Executivo TJ nº 104/2017**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=200279) - Delega competências ao Diretor Geral da DGLOG;  |
| [**Ato Executivo TJ nº 114/2017**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=200058) - Delega competências ao Diretor Geral da DGPCF;  |
| [**Ordem de Serviço nº 02/2017**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=201181) – Disciplina, no âmbito da Presidência do TJRJ, o trâmite dos processos administrativos que importem em despesas ou decisões administrativas que objetivem a implantação ou desenvolvimento de projetos.  |
| **RAD-DGLOG-009** **– Gerenciar Aquisições, Encomendas e Fornecimento de Materiais**Com vigência a partir de 25/11/2019 |
| [**Lei Federal nº 8.666/93**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm) - Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 42/2013**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=173629) - Dispõe sobre a administração das dependências, mobiliários e equipamentos instalados no PJERJ; |
| [**Aviso TJ nº 45/2011**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=146124) – Determina a avaliação dos materiais em estoque, mantendo-se apenas aqueles necessários às atividades do órgão pelo período de 30 dias; |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=189186) - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ; |
| [**Ato Normativo nº 01/2017**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=200397&integra=1) – Regulamenta a confecção de layout;  |
| [**Ato Normativo nº 02/2017**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=200399&integra=1) - Regulamenta o conserto de mobiliário danificado e os serviços de marcenaria específicos de confecção de mobiliário sob medida.  |
| **RAD-DGLOG-010** **– Ciclo de Atendimento e Monitoramento do Serviço de Limpeza, Conservação e Controle de Vetores**Com vigência a partir de 08/08/2019 |
| [**Lei Federal nº. 8.666/93**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm) - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. |
| **RAD-DGLOG-012** **– Realizar Serviços Gráficos**Com vigência a partir de 17/11/2020 |
| [**Ato Normativo nº 09/2018**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=213044&integra=1)– Dispõe sobre a produção de serviços gráficos realizada pelo Serviço de Programação e Produção Gráfica da Diretoria-Geral de Logística (DGLOG/SEGRA). |
| **RAD-DGLOG-013** **– Formalização e Execução de Ajustes**Com vigência a partir de 25/11/2019 |
| [**Lei Federal nº 8.666/93**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm)(Institui norma para Licitação e Contratos da Administração Pública). |
| [**Resolução Casa Civil nº 350 de 17 de julho de 2014**](http://www.convenios.rj.gov.br/convenios_imagens/arquivos/resolucaocc350-14.pdf) **–** Dispõe sobre a implantação do sistema de convênio do Estado do Rio de Janeiro – CONVERJ e aprova as diretrizes para os convênios que impliquem dispêndio financeiro por órgãos e entidades da administração pública e procedimentos para o seu funcionamento no âmbito do Estado do Rio de Janeiro; |
| [**Lei Federal nº 13.019/2014** - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis n os 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999;](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=181158&integra=1) |
| [**Ato Normativo TJERJ nº 06/2018** - Estabelece regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJERJ e as Organizações da Sociedade Civil – OSC.](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=209860&integra=1) |
| [**Ato Executivo nº 199/2018**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=212210&integra=1) – Dispõe sobre a definição dos documentos que deverão instruir os procedimentos administrativos que visam à formalização de acordos de cooperação no âmbito deste Tribunal. |
| **RAD-DGLOG-015** **– Gerir o Trâmite de Expedientes**Com vigência a partir de 25/07/2018 |
| [**Ato Executivo 4191, de 08/09/2009**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=135145) - Resolve que as unidades de primeira e segunda instâncias do Poder Judiciário, assim como as unidades administrativas que dispõem do Sistema Informatizado de Encaminhamento e Recebimento de Expedientes via malote - SISCOMA, devem movimentar seus expedientes unicamente pelo referido sistema, sendo vedado o encaminhamento de outra forma. |
| [**Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro**](http://cgj.tjrj.jus.br/consultas/legislacao/consolidacao-normativa).  |
| [**Resolução 01/2017** - Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para unificar a competência das vinte e sete câmaras cíveis e dá outras providências.](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=204600&integra=1) |
| **RAD-DGLOG-017** **– Receber, Autuar e Movimentar Processos Administrativos e Expedientes**Com vigência a partir de 16/07/2018 |
| [**Ato Executivo TJ nº 3746, de 27/12/01**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=94981) **-** Dispõe sobre a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-simile para prática de atos administrativos referentes a matéria de pessoal e dá outras providencias. |
| [**Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº. 04, de 27/01/2004**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=140528) – Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça e dá outras providências. |
| [**Lei nº 5069, de 16 de julho de 2007**](http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/32e4d2743d10916a8325732100712b43?OpenDocument) – Torna dispensável a exigência pela administração pública estadual, direta, indireta e suas fundações de autenticação de cópia, em cartório, de documentos pessoais e dá outras providências. |
| **RAD-DGLOG-019** **– Fiscalizar o Contrato de Recolhimento de Resíduos Sólidos**Vigência a partir de 10/03/2020 |
| RAD sem referências |
| **RAD-DGLOG-020** – Postagem e Recebimento de CorrespondênciaVigência a partir de 04/10/2019 |
| [**Portaria nº 311, de 18/12/98**](http://www.prto.mpf.gov.br/pub/geral/port3112008.pdf) – Disciplina e determina sobre a distribuição postal de objetos. |
| [**Lei Federal nº 6.538, de 22/06/1978**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6538.htm) **-** Dispõe sobre os serviços Postais. |
| [**Aviso CGJ nº 139, de 22/05/2002**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=142141) **-** Avisa aos Juízes, Titulares/Responsáveis pelo expediente dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais que passem a usar somente o sistema 'AR Simples' (modalidade remessa local com comprovação de entrega) no envio de citações e intimações. |
| [**Ato Executivo TJ nº 4191, de 08/09/2009**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=135145) – Resolve que as unidades de primeira e segunda instância do Poder Judiciário, assim como as unidades administrativas que dispõe do Sistema Informatizado de Encaminhamento e Recebimento de Expedientes via malote - SISCOMA, devem movimentar seus expedientes pelo referido sistema, vedado o encaminhamento de forma manual. |
| [**Portaria INMETRO nº 236/94 de 22/12/1994** – Trata da aprovação do Regulamento Técnico referente à fabricação, instalação e utilização de instrumentos de pesagem não automáticos.](http://www.inmetro.gov.br/rtac/detalhe.asp?seq_classe=1&seq_ato=180%E2%80%8ESimilares) |
| **RAD-DGLOG-021** **– Arquivar e Desarquivar Documentos Administrativos**Com vigência a partir de 25/05/2018 |
| [**Ato Normativo Conjunto nº 03/2003**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=148543) **-** Dispõe sobre a padronização dos procedimentos de entrada de acervos arquivísticos no Departamento Geral de Arquivo, e dá outras providências. |
| [**Ato Executivo TJ nº 4191/2009**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=135145) **-** Resolve que as unidades de primeira e segunda instância do Poder Judiciário, assim como as unidades administrativas que dispõem do Sistema Informatizado de Encaminhamento e Recebimento de Expedientes via malote - SISCOMA, devem movimentar seus expedientes pelo referido sistema, vedado o encaminhamento de forma manual. |
| [**Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 06/2004**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=148491) - Determina que as unidades organizacionais deverão adotar o modelo de etiqueta auto-adesiva – código 652.9459 – para identificação das caixas-arquivo e dá outras providências. |
| [**Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 04/2004**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=146754)- Divulga os correios eletrônicos para solicitação de desarquivamento de documentos diversos, processos administrativos e processos judiciais e dá outras providências. |
| [**Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 03/2004**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=148194)- Resolve extinguir o procedimento ‘Devolução ao Maço’ para os autos processuais judiciais e administrativos que retornam ao DEGEA, e dá outras providências;  |
| [**Ato Normativo TJ nº 05/2014**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=177810) - Resolve que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos, da Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento (DGCOM/DEGEA) somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) seja a guarda permanente.  |
| **RAD-DGLOG-022** **– Elaborar Relatório de Procedimento Apuratório**Com vigência a partir de 12/08/2019 |
| [**Constituição da República Federativa do Brasil.**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) |
| [**Lei Federal nº 8.666/93**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm) **-** Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. |
| [**Lei Federal nº 9.784/99**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9784.htm) **-** Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. |
| [**Lei Federal nº 10.520/02**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm) **-** Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. |
| [**Lei Estadual nº 287/79**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=101847) - Institui o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro. |
| [**Decreto nº 3149/80**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=95935) **–** Regula o Título XI do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro. |
| [**Lei Estadual nº 5.427/09**](http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/ef664a70abc57d3f8325758b006d6733?OpenDocument) **-** Estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. |
| [**Resolução TJ/OE nº 01/17**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=200211&integra=1) - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências; |
| **Ordem de Serviço DGLOG nº 23/17** - Atribui ao diretor do DELFA competência para conduzir e decidir em primeira instância os procedimentos apuratórios, bem como relatar e encaminhar à DGLOG os recursos interpostos; |
| [**Ato Normativo TJ nº 03/19**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=215157&integra=1) - Disciplina no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências. |
| **RAD-DGLOG-023** **– Ciclo Licitatório**Com vigência a partir de 27/11/2020 |
| [**Lei Federal nº 8.666/1993**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm) **-** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. |
| [**Lei Federal nº 10.520/2002**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm) **-** Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. |
| [**Resolução nº 114, de 20 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça**](http://cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_114_20042010_02042019162727.pdf) - Dispõe sobre: I - O planejamento, a execução e o monitoramento de obras no Poder Judiciário; II - Os parâmetros e orientações para precificação, elaboração de editais, composição de BDI, critérios mínimos para habilitação técnica e cláusulas essenciais nos novos contratos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário. III - A referência de áreas a serem utilizadas quando da elaboração de novos projetos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário; IV - A premiação dos melhores projetos de novas obras no âmbito do Poder Judiciário;  |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=176990&integra=1) – Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ;  |
| [**Lei Complementar nº 123/2006**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm) **-** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs. 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e nº 9.841, de 5 de outubro de 1999;  |
| [**Decreto Federal nº 7.892/13**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7892.htm) - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  |
| [**Deliberação Nº 312/20**](https://www.tce.rj.gov.br/cadastro-publicacoes/public/deliberacoes) Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos que especifica;  |
| [**Deliberação Nº 313/20**](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjRrJzelfHtAhWLILkGHWLpCIwQFjAAegQIARAC&url=https%3A%2F%2Fwww.tce.rj.gov.br%2Fdocuments%2F69803652%2F0%2FDeliberac%25CC%25A7a%25CC%2583o313.pdf&usg=AOvVaw23r7qEnINRSyFTcJ0zrNSv) Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais sob a jurisdição do TCE-RJ, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos fundamentados na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19;  |
| [**Ato Normativo TJ nº 10/2018**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=213432&integra=1) - Estabelece o processo de contratação de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;  |
| [**Ato Normativo TJ nº 03/2019**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=215157&integra=1) - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade denominada pregão; nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;  |
| [**Resolução TJ/OE nº 28/2015** - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ.](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=189186&integra=1) |
| [**Decreto Federal nº 10.024/2019**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm) - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;  |
| [**Ato Normativo TJ nº 19/2020**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=279309&integra=1) - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.  |
| **RAD-DGLOG-024** **– Abertura e Fechamento de Malotes**Vigência a partir de 16/09/2019 |
| [**Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça**](http://portaltj.tjrj.jus.br/documents/1017893/1038412/CNCGJ-Judicial.pdf)**;** |
| [**Lei 6.538, de 22/06/1978**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6538.htm) **–** Dispõe sobre os Serviços Postais; |
| [**Ato Executivo TJ 4191, de 08/09/2009**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=135145) - Resolve que as unidades de primeira e segunda instância do Poder Judiciário, assim como as unidades administrativas que dispõem do Sistema Informatizado de Encaminhamento e Recebimento de Expedientes via malote - SISCOMA, devem movimentar seus expedientes pelo referido sistema, vedado o encaminhamento de forma manual. |
| **RAD-DGLOG-026 – Apoiar a Execução Administrativa dos Contratos de Prestação de Serviços**Com vigência a partir de 05/08/2020 |
| [**Lei nº 287/79**](http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/bc008ecb13dcfc6e03256827006dbbf5/ec546e9e252ee4ce032565cc0071c428?OpenDocument) – Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio De Janeiro e dá Outras Providências; |
| [**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)**;**  |
| [**Lei Federal n° 8.666/93**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm) - Regulamenta o art. 37, i inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. |
| [**Consolidação das Leis do Trabalho**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm)**;** |
| [**Lei nº 13.467/17**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm) – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho; |
| **Convenções coletivas, normas técnicas e legislações, de acordo com a natureza do objeto;** |
| **Instrução Normativa MPOG nº 02/08 -** Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não; |
| [**Instrução Normativa MPOG nº 05/17**](https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/IN-n-05-de-26-de-maio-de-2017---Hiperlink.pdf) – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. |
| [**Ato Normativo TJ nº 03/2019**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=215157&integra=1) – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica,e dá outras providências. |
| [**Resolução CNJ 169 de 31/01/2013**](http://cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2512) - Dispõe sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). |
| **RAD-DGLOG-027** **– Revisar Documentos de Referência para Licitação Relativos à Contratação de Serviços**Com vigência a partir de 25/11/2019 |
| [**Lei Federal n° 8.666/93**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm) - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. |
| [**Consolidação de Leis do Trabalho**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm) |
| [**Convenção coletiva, normas técnicas e legislações, de acordo com a natureza do objeto.**](http://www.fenaj.org.br/arquivos/cct-mg_-_jornais_e_revistas_da_capital_-_2008-2009.doc)  |
| [**Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 -**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm)  Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. |
| [**Decreto 10.024/2019**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm) - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;  |
| [**Resolução do CNJ nº. 169/2013**](http://www.cnj.jus.br/images/resol_gp_169_2013.pdf) - Dispõe sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça. |
| [**Instrução Normativa nº 01/2010**](https://www.cti.ufu.br/sites/cti.ufu.br/files/IN-SLTI-01-19Jan2010-Sustentabilidade-Ambiental.pdf) **da SLTI MPOG 01** – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências; |
| [**Instrução Normativa nº 04/2014**](https://www.cti.ufu.br/sites/cti.ufu.br/files/IN_SLTI_04-12Set2014.pdf) **da SLTI MPOG** – Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal; |
| [**Instrução Normativa nº 05/2014 da SLTI MPOG**](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/paginas/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-5-de-27-de-junho-de-2014) – Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. |
| [**Instrução Normativa nº 05/2017**](https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/IN-n-05-de-26-de-maio-de-2017---Hiperlink.pdf)da Secretaria de Gestão/Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - SG/MPDG - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional; |
| [**Instrução Normativa nº 10/2012 da SLTI MPOG**](http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=597)– Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências; |
| [**Ato Normativo PJERJ nº 10/2018 do TJRJ**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=213432&integra=1) - Estabelece o processo de contratação de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;  |
| [**Ato Normativo PJERJ nº 03/2019 do TJRJ**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=215157&integra=1) - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências. |
| **RAD-DGLOG-028 – Gerir o Departamento de Contratos e Atos Negociais**Com vigência a partir de 19/11/2020  |
| [**Ato Normativo Conjunto TJ nº 1/2003**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=148591) - Aprova o Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – Atualizado pelo Ato Normativo TJ/CGJ nº 1/2004;  |
| [**Ato Normativo TJ nº 05, de 17/03/2014**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=177810) - Resolve que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), seja a guarda permanente; |
| [**Ato Normativo TJ nº 03/2019**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=215157&integra=1) – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica e dá outras providências; |
| [**Resolução TJ OE Nº 28, de 17/08/2015**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=189186) - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ.  |
| [**Resolução TJ/OE nº 16/2015**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=186968) - Estabelece política de gestão estratégica e atualiza as diretrizes para o Planejamento Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);  |
| [**Resolução TJ/OE RJ nº 01/2017**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=200211) - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.  |
| **RAD-DGLOG-029 – Controlar Saídas e Produtos Não Conformes na Divisão de Movimentação de Expedientes**Com vigência a partir de 07/11/2019 |
| RAD sem referências |
| **RAD-DGLOG-030** – **Analisar e Instruir a Contratação Direta**Com vigência a partir de 12/02/2020 |
| [**Lei Federal 8.666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm) |
| **[Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)** |
| **[Lei n.º 8.245/1991](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8245.htm)** [- Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8245.htm) |
| [**Acórdão nº 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, datado de 25.04.2012.**](http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/Acord/.../AC_0964_14_12_P.doc) |
| [**Ato Executivo TJ nº 104/2017** – Delega as competências que menciona;](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=200279&integra=1) |
| [**Resolução nº 1/2017**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=200211)– Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro; |
| [**Ato Normativo PJERJ nº 03/2019 do TJRJ**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=215157&integra=1) - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências. |
| **RAD-DGLOG-031** **– Controlar Imóveis Ocupados Pelo PJERJ**Vigência a partir de 22/11/2019 |
| [**Lei Federal nº8.666/93**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm) **-** Institui normas para licitações e contratos da administração pública. |
| **RAD-DGLOG-032** **– Controlar Transferência de Bens Móveis** Vigência a partir de 25/11/2019 |
| [**Lei Federal no 8.666/93**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm) **–** Institui normas para licitações e contratos da administração pública. |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=189186)- Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do PJERJ.  |
| [**Lei 10.406/2002 Código Civil.**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm) |
| **RAD-DGLOG-033** **– Controlar Recebimento de Bens Móveis**Vigência a partir de 09/10/2019 |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=189186) **-** Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do PJERJ; |
| [**Código Civil**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm).  |
| **RAD-DGLOG-034 – Controlar Processamento de Notas de Débito e Comprovantes de Encargos**Vigência a partir de 21/11/2019 |
| [**Lei Federal no 8.666/93**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm) **-** Institui normas para licitações e contratos da administração pública. |
| [**Lei Federal nº 13.019/2014**](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm) **-** Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999;  |
| [**Ato Normativo TJ nº 06/2018** - Estabelece regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro TJERJ e as Organizações da Sociedade Civil - OSC.](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=209860&integra=1) |
| **RAD-DGLOG-035** **– Atender a Solicitações de Transportes**Vigência a partir de 26/11/2019 |
| [**Ato Normativo nº 11/2018**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=213472&integra=1) - Estabelece normas relativas à aquisição, locação, classificação, cadastro, controle, utilização, infração de trânsito, sinistro, manutenção, cota de combustível e alienação dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  |
| **RAD-DGLOG-036 – Manutenção Corretiva de Veículos Oficiais**Com vigência a partir de 30/11/2018 |
| RAD sem referências |
| **RAD-DGLOG-037 – Processar Infrações de Trânsito**Vigência a partir de 06/08/2018 |
| [**Lei Federal nº 9.503/1997**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm) – Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB);  |
| [**Lei Estadual 5427/2009**](http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/69d90307244602bb032567e800668618/ef664a70abc57d3f8325758b006d6733?OpenDocument) – Estabelece normas sobre atos e processos administrativos. |
| [**Ato Normativo TJ nº 03/2006**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=139447) **-** Estabelece normas de gestão da frota de veículos de representação e viaturas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. |
| **Ato Normativo TJ nº 07/2013** – Regulamenta a utilização de etiqueta eletrônica TAG, bem como o pagamento de multas de trânsito e danos causados às viaturas oficiais.  |
| **RAD-DGLOG-038 – Apurar e Adotar Providências em Casos de Sinistros em Veículos Oficiais do PJERJ**Vigência a partir de 05/12/2018 |
| [**Ato Normativo TJ 03/2006**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=139447) **-** Estabelece normas de gestão da frota de veículos de representação e veículos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. |
| [**Lei Estadual 5465/2009**](http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/652158f3a84b6e90832575d00061a6f4?OpenDocument) – Dispõe sobre o uso de veículos oficiais pelo PJERJ. |
| [**Lei Estadual nº 5.427/2009**](http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/e9589b9aabd9cac8032564fe0065abb4/ef664a70abc57d3f8325758b006d6733?OpenDocument) – Estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências; |
| [**Ato Normativo TJ n° 07/2013**](http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/.../ato-norm-tj-cgj-vp-07-2013.pdf) – Regulamenta a utilização de etiqueta eletrônica – TAG, bem como o pagamento de multas de trânsito e danos causados às viaturas oficiais; |
| [**Lei Federal nº 9.503/1997**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm) – Institui Código de Trânsito Brasileiro (CTB). |
| **RAD-DGLOG-039 – Remanejamento de Carros Oficiais**Com vigência a partir de 01/04/2019 |
| [**Ato Normativo 03/06**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=139447) **-** Estabelece normas de gestão da frota de veículos de representação e viaturas do PJERJ. |
| **RAD-DGLOG-040 – Legalizar Veículos da Frota do Poder Judiciário do Estado do Rio De Janeiro**Com vigência a partir de 07/11/2017 |
| [**Lei Federal n.º 9503/97**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9503.htm) **-** Código de Trânsito Brasileiro (CTB). |
| **RAD-DGLOG-041 – Fornecimento, Fiscalização e Controle de Combustível**Com vigência a partir de 20/02/2020 |
| [**Ato Normativo nº 04/1983**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp) **-** Fixa as cotas mensais dos veículos e viaturas que compõem a frota do Tribunal de Justiça. |
| [**Lei Estadual nº 5465, de 09/06/2009**](http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/652158f3a84b6e90832575d00061a6f4?OpenDocument)– Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. |
| [**Resolução CNJ nº 83, de 10/06/2009**](http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/resolucao/rescnj_83a.pdf) - Dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro, e dá outras providências. |
| [**Ato Normativo nº 11, de 16 de novembro de 2018**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=213472&integra=1) – Estabelece normas relativas à aquisição, locação, classificação, cadastro, controle, utilização, infração de trânsito, sinistro, manutenção, cota de combustível e alienação dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. |
| **RAD-DGLOG-043 – Receber e Conferir Materiais**Com vigência a partir de 30/10/2019 |
| [**Lei Federal nº 8666/93**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm) **-** Regulamenta o art.37, inciso XXI da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. |
| [**Lei Federal nº 4320/64**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm) **-** Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle de orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015** – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=189186&integra=1) |
| **RAD-DGLOG-044 – Retirada e Redistribuição de Bens Permanentes**Com vigência a partir de 30/10/2019 |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=189186) **–** Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ). |
| **RAD-DGLOG-045 – Realizar Remanejamentos e Mudanças**Com vigência a partir de 20/02/2020 |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=189186) – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do PJERJ;  |
| **RAD-DGLOG-046 – Desincorporação de Bens Permanentes**Com vigência a partir de 06/11/2020 |
| [**Ato Normativo TJ nº. 13/2018**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=213792&integra=1) – Disciplina a instauração e os procedimentos de tomada de contas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e seu encaminhamento ao Tribunal de Contas;  |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=189186) – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);  |
| [**Decreto Estadual nº 43.301/2011**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=151281) **–** Regulamenta a disponibilidade e a destinação final de bens móveis considerados inservíveis para a Administração Pública Estadual e dá outras providências;  |
| [**Ato Executivo TJ nº 1.819/2000**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=95465) – Disciplina a implantação do programa de reciclagem de lixo e sucata no PJERJ;  |
| **RAD-DGLOG-047 – Incorporação de Veículos**Com vigência a partir de 01/12/2020 |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=189186) - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no PJERJ; |
| [**Decreto estadual nº 43.301/2011** – Regulamenta a disponibilidade e a destinação final de bens móveis considerados inservíveis para a Administração Pública Estadual e dá outras providências](http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto_43_301_-_181111.htm); |
| [**Lei Estadual nº 287/1979**](http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/ec546e9e252ee4ce032565cc0071c428?OpenDocument) **–** Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. |
| **RAD-DGLOG-048 – Elaborar Minuta de Ato Convocatório e Divulgar Certame Licitatório**Com vigência a partir de 05/08/2020 |
| [**Lei federal nº 8.666/93**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm) **-** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. |
| [**Lei Federal nº 10.520/02**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm) **-** Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. |
| [**Resolução nº 114, de 20 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça**](http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/resolucao/rescnj_114.pdf) – Dispõe sobre: I - O planejamento, a execução e o monitoramento de obras no poder judiciário; II - Os parâmetros e orientações para precificação, elaboração de editais, composição de BDI, critérios mínimos para habilitação técnica e cláusulas essenciais nos novos contratos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário. III – A referência de áreas a serem utilizadas quando da elaboração de novos projetos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário; IV - A premiação dos melhores projetos de novas obras no âmbito do Poder Judiciário; |
| [**Resolução nº 215, de 16 de dezembro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça**](https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_215_16122015_26032019162517.pdf)- Dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011;  |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=176990) – Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ;  |
| [**Deliberação nº 312/20**](https://saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MzA4MjY%2C) **-** Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos que especifica; |
| [**Deliberação nº 313/20**](https://www.tce.rj.gov.br/deliberacao-por-assunto) - Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais sob a jurisdição do TCE-RJ, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos fundamentados na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID19; |
| [**Lei Complementar nº 123/06**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=116725) **-** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999; |
| [**Lei Estadual nº 5.690/10**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=105172) - Institui a política estadual sobre mudança global do clima e desenvolvimento sustentável e dá outras providências; |
| [**Decreto Federal nº 7.746/12**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=156379) - Regulamenta o art. 3o da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP); |
| [**Decreto Federal 8.538/15**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=190284) - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal; |
| [**Decreto Federal nº 7.892/13**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=164683) - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; |
| [**Ato Normativo TJ nº 06/2014**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=166114) – Aprova a estrutura básica padronizada de atos convocatórios e de termos de contrato, constantes dos Anexos a este Ato, que deverá ser observada nas licitações e contratações do Tribunal de Justiça, sem embargo das adaptações que se mostrarem necessárias em cada caso e do atendimento ao disposto no art. 113, § 2º, da Lei federal nº 8.666/93; |
| [**Ato Normativo TJ nº 10/2018**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=213432&integra=1) - Estabelece o processo de contratação de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;  |
| [**Ato Normativo TJ nº 03/2019**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=215157&integra=1) - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade denominada pregão; nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;  |
| [**Ato Normativo TJ nº 19/2020**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=279309&integra=1)- Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento; |
| [**Resolução CNJ nº 169/13**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=164973) - dispõe sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). |
| [**Lei Federal nº 11.488/2007**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=113538) - Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI; |
| [**Lei Estadual nº 287/1979**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=101847) - Estabelece normas e princípios para ordenar, disciplinar e fiscalizar a Administração Financeira e a Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro; |
| [**Lei Estadual nº 5.427/2009**](http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/e9589b9aabd9cac8032564fe0065abb4/ef664a70abc57d3f8325758b006d6733?OpenDocument) - Estabelece normas sobre Atos e Processos Administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;  |
| [**Decreto Estadual n º 3.149/80**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=95935) – Disciplina o regime jurídico das obras, serviços, compras e alienações, bem como os contratos, da Administração direta e autárquica do Estado; |
| [**Instrução Normativa nº 01/2010**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=139504) – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências: |
| **Instrução Normativa nº 05/2017** – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;  |
| [**Instrução Normativa 3/2018**](https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/911-in-sicaf) – Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no âmbito do Poder Executivo Federal;  |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=189186) **-** Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ.  |
| [**Lei Federal nº 12.187/2009**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=114044) **-** Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.  |
| [**Lei Federal nº 8.078/1990**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm) **-** Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.  |
| [**Lei Federal nº 9.784/1999**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm) - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;  |
| [**Lei 10.406/2002**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=113397) **–** Institui o Código Civil.  |
| **Instrução Normativa nº 02/2009** da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Estabelece a obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Elaboração Independente de Proposta, em procedimentos licitatórios, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG.  |
| [**Decreto Federal nº 10.024/2019**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm) - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.  |
| **RAD-DGLOG-050 – Formalizar Termo de Ajuste**Com vigência a partir de 30/09/2019 |
| [**Lei Federal nº 8.666/1993**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm) **-** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. |
| [**Lei Federal nº 10.520/2002**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm) **-** Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. |
| [**Ato Executivo TJ nº 32/2019**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=214907&integra=1) – Disciplina a delegação de competência no âmbito do PJERJ ao Diretor-Geral de Planejamento;  |
| [**Ato Executivo TJ nº116/2019**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=216392&integra=1) – Disciplina a delegação de competência no âmbito do PJERJ ao Diretor-Geral de Logística; |
| [**Ato Normativo TJ nº 06/2014**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=178251&integra=1) – Aprova a estrutura básica padronizada de atos convocatórios e de termos de contrato, constantes dos Anexos a este Ato, que, deverá ser observada nas licitações e contratações do Tribunal de Justiça, sem embargo das adaptações que se mostrarem necessárias em cada caso e do atendimento ao disposto no art. 113, § 2º, da Lei federal nº 8.666/93. |
| [**Ato Normativo TJ nº 06/2018**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=209860&integra=1) - Estabelece regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro-TJERJ e as Organizações da Sociedade Civil – OSC;  |
| [**Ato Normativo TJ nº 10/2018**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=213432&integra=1) - Estabelece o processo de contratação de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências; |
| [**Ato Normativo TJ nº 03/2019**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=215157&integra=1) - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade denominada pregão; nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências. |
| [**Ato Normativo TJ nº 08/2018**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=210225&integra=1) – Estabelece normas para gestão de segurança da informação;  |
| [**Ato Normativo TJ nº 19/2020**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=279309&integra=1) - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.  |
| **RAD-DGLOG-051 – Controlar Responsabilidade Patrimonial**Com vigência a partir de 06/12/2019 |
| [**Ato Normativo TJ nº 13/2018**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=213792&integra=1) – Disciplina a instauração e os procedimentos de tomada de contas no âmbito do Poder Judiciário do Estado Rio de Janeiro e seu encaminhamento ao Tribunal de Contas;  |
| [**Decreto Estadual nº 46.223/2018**](http://www.age.fazenda.rj.gov.br/age/faces/oracle/webcenter/portalapp/pages/navigation-renderer.jspx?_afrLoop=18296114577547411&datasource=UCMServer%23dDocName%3AWCC206844&_adf.ctrl-state=9v2yvzdjr_32) – Regulamenta a gestão dos bens móveis, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro; |
| [**Deliberação TCE nº 278/2017** – Dispõe sobre a apresentação da prestação de contas anual de gestão, no âmbito da Administração Estadual, e dá outras providências;](https://www.tce.rj.gov.br/deliberacao-por-assunto) |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=189186) – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ); |
| **RAD-DGLOG-052 – Realizar Manutenção e Manufaturas de Materiais**Com vigência a partir de 01/12/2020 |
| [**Ato Normativo nº. 05/2019**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=215843&integra=1) – Regulamenta o conserto de mobiliário danificado e a confecção de mobiliário sob medida; |
| **Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015** – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ). |
| **RAD-DGLOG-053 – Convocar para Assinar Termo de Ajuste**Com vigência a partir de 13/11/2019 |
| [**Lei Federal nº 8.666/93**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm) – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. |
| [**Lei Federal nº 10.520/02**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm) – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências. |
| [**Ato Executivo nº 116/2019**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=216392&integra=1) – Delega competências ao Diretor Geral de Logística, para autorizar a substituição de garantia exigida em procedimentos licitatórios e contratos, bem como a respectiva liberação ou restituição, quando comprovado o cumprimento das correspondentes obrigações; |
| [**Deliberação 280/2017 – do TCE/RJ** – Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos que especifica.](https://www.tce.rj.gov.br/deliberacao-por-assunto) |
| **RAD-DGLOG-054 – Gerir o Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes**Com vigência a partir de 17/12/2020 |
| [**Resolução TJ/OE RJ nº 01/2017**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=200211) **–** Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências; |
| **Resolução TJ/OE nº 16/2015 -** Aprova o Plano Diretor de Gestão (PDG) e atualiza o Plano Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ) para o período de 2015/2020;  |
| [**Ato Normativo Conjunto TJ n º 01/2003**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=148591&integra=1) – Aprova o Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – Atualizado pelo Ato Normativo TJ/CGJ n º 01/2004;  |
| [**Ato Normativo TJ n º 05, de 17/03/2014**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=177810&integra=1) – Resolve que Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), seja a guarda permanente; |
| [**Resolução TJ OE n º 28, de 17/08/2015**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=189186&integra=1) – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ; |
| [**Ato Normativo TJ n.º 26/2009**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=139211&integra=1) – Disciplina o exercício do direito as férias dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro; |
| [**Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ n.º 04/2005**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=148038&integra=1) – Dispõe sobre a frequência mensal e a inclusão de valores em folha. |
| [**Ato Normativo TJ nº 19/2020**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=279309&integra=1) - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento;  |
| [**Deliberação nº 312/20**](https://www.tce.rj.gov.br/cadastro-publicacoes/public/deliberacoes) – Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos que especifica;  |
| [**Deliberação nº 313/20**](https://www.tce.rj.gov.br/cadastro-publicacoes/public/deliberacoes) – Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais sob a jurisdição do TCE-RJ, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos fundamentados na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.  |
| **RAD-DGLOG-055 – Administrar o Cadastro de Fornecedores**Vigência a partir de 17/12/2020 |
| [**Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/1993**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm) – Lei Geral de Licitações e Contratações da Administração Pública. |
| [**Ato Executivo TJ nº 2.770 de, 13/11/2000, publicado no DORJ-III, S-I 216(2) em 14/11/2000**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=94897) – Disciplina a implantação do sistema de cadastro único de fornecedores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. |
| [**Edital de credenciamento para interpretação da linguagem Brasileira de Sinais**](http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1621715/edital.pdf?=15) – LIBRAS nº 01/2014 (Processo nº 84.541/2013);  |
| [**Edital de credenciamento de tradutores e intérpretes nº 01/2016**](http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1105995/edital-credenciamento.pdf) - Processo Administrativo nº 155.221/2008;  |
| [**Lei federal nº 12.846/2013**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=171428)– Lei da Empresa Limpa. Instrução Normativa CGU Nº 2 de 07/04/2015 e Despacho CNJ-DES-2015/06046.  |
| [**Deliberações TCE nº 281/2017 e 312/2020**](http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/deliberacao-por-assunto) - Estabelecem normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando o controle e a fiscalização dos atos administrativos que especifica. |
| **[Ato Executivo TJ nº 141/2018](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=210204&integra=1)**[- Dispõe sobre o dever de cumprimento da Deliberação do TCE/RJ, nº 281/17 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=210204&integra=1) |
| [**Deliberação TCE n° 306 -**](https://www.tce.rj.gov.br/cadastro-publicacoes/public/deliberacoes) Dispõe sobre o Sistema de Comunicação Digital – SICODI e dá outras providências;  |
| [**Ato Normativo nº 03/2019**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=215157&integra=1) - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências.  |
| [**Ato Normativo 19/2020**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=279309&integra=1) - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.  |
| **RAD-DGLOG-056 - Gerir o Departamento de Patrimônio e Material**Com vigência a partir de 18/10/2019 |
| [**Resolução TJ/OE nº 1/2017**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=200211) **-** Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências; |
| [**Deliberação TCE nº 244, de 18/12/07**](http://www.tce.rj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7BAEE256D7%2D1556%2D4BA3%2DB4CA%2D4D0EE85146F4%7D&ServiceInstUID=%7B27FBD4D0%2D8EB0%2D47AB%2DBCAA%2D72FEFAA17EAA%7D) - Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando o controle e a fiscalização dos atos administrativos que especifica. |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=189186) – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ); |
| [**Lei nº 8.666/93**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm) – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências e dá outras providências; |
| [**Decreto Federal nº 7.892, de 23/01/13**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm) – Regulamenta o Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/93 e dá outras providências (que ditará as ações relativas ao não cumprimento de entrega de material adquirido, solicitação de mudança de marca e/ou prorrogação do prazo de entrega e nos autos de procedimento apuratório). |
| [**Lei nº 10.520/02**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm) – Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. |
| [**Decreto Federal nº 5.450, de 31/05/2005**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5450.htm) – Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências; |
| [**Ato Normativo nº 03/2019**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=215157&integra=1) – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências. |
| **RAD-DGLOG-057 – Realizar Controle de Claviculário**Com vigência a partir de 13/12/2017 |
| RAD sem referências  |
| **RAD-DGLOG-058 – Coordenar e Fiscalizar Permissão/Concessão de Uso das Áreas do Foro Central, Regionais e do Interior**Com vigência a partir de 25/05/2016 |
| [**Ato Normativo TJ nº 1, de 07/04/2004**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=139651) - Estabelece procedimento administrativo de controle e cobrança dos débitos apurados em decorrência de permissão ou de cessão de uso de bens públicos afetados ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. |
| [**Ato Normativo nº 04, de 18/07/2007**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=139353) - Estabelece critérios para fixar remuneração e/ou encargos devidos em razão de ocupação de imóvel na forma de cessão de uso, concessão de uso ou permissão de uso outorgadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;  |
| [**Ato Normativo nº 03, de 05/05/2015**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=186903) **–** Alterou o § 3º, do artigo 3º do Ato Normativo TJRJ 04/2007, revogando a alínea “d” e modificando a redação da alínea “c”.  |
| **RAD-DGLOG-059 – Gerir o Departamento de Infraestrutura Operacional - DEIOP** Com vigência a partir de 07/11/2019 |
| [**Resolução TJ/OE n° 01/2017**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=200211) - Aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências; |
| Resolução TJ/OE n° 28, de 17/08/2015 – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;  |
| [**Ato Normativo TJ/CGJ nº. 26/2009**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=139211) – Disciplina o exercício das férias. |
| [**Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº. 04/2005**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=148038) – Dispõe sobre a frequência mensal. |
| [**Ato Normativo TJ nº 05/2014**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=177810) – Resolve que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos da Diretoria Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais - DGJUR/DEGEA somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), seja a guarda permanente; |
| [**Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 04/2004**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=131917) – Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça. |
| **RAD-DGLOG-061 – Procedimentos de Controle de Cadastro e Documentos Relativos a Condução de Veículos Oficiais**Com vigência a partir de 23/03/2020 |
| [**Lei Estadual n° 5465/2009**](http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/652158f3a84b6e90832575d00061a6f4?OpenDocument) - Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; |
| [**Resolução CNJ nº 83/2009**](http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/resolucao/rescnj_83a.pdf) – Dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro e dá outras providências; |
| [**Ato Normativo nº 11, de 16 de novembro de 2018**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=213472&integra=1)– Estabelece normas relativas à aquisição, locação, classificação, cadastro, controle, utilização, infração de trânsito, sinistro, manutenção, cota de combustível e alienação dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. |
| **RAD-DGLOG-062 – Instruir Processo de Pagamento de faturas de Consumo**Com vigência a partir de 10/03/2020 |
| [**Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº4, de 27/01/2004**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=140528) – Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça e dá outras providências. |
| **RAD-DGLOG-065 – Realizar Especificação de Material** Com vigência a partir de 07/12/2020 |
| RAD sem referências |
| **RAD-DGLOG-066 – Cotação de Preços de Materiais e Instrução de Processo de Compras**Com vigência a partir de 05/11/2018 |
| [**Lei Federal nº 8666/93**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm) – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. |
| [**Lei n.º 10.520/2002**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm) – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. |
| [**Decreto nº 7892/13**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=164683) – Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993. |
| [**Lei complementar 147/2014**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp147.htm) - Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006. |
| **Instrução Normativa 03/2017** – Altera a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral. |
| **RAD-DGLOG-067 – Vistoriar a Infraestrutura Predial e a Comunicação Visual dos Prédios do Complexo do Foro Central**Com vigência a partir de 11/11/2019 |
| [**Constituição Federal de 1988**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm) |
| [**Resolução TJ/OE nº 01/2017**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=200211) **-** Aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. |
| **RAD-DGLOG-068 – Incorporação Patrimonial**Com vigência a partir de 07/12/2020 |
| [**Ato Normativo TJ n° 13/2018**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=213792&integra=1) – Disciplina a instauração e os procedimentos de tomada de contas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e seu encaminhamento ao Tribunal de Contas;  |
| [**Deliberação TCE nº 278/17 –** Dispõe sobre a apresentação da Prestação de Contas Anual de Gestão, no âmbito da Administração estadual e dá outras providências](https://www.tce.rj.gov.br/anexos-e-modelos-da-prestacao-de-contas-anual-de-gestao-das-administracoes-estadual-e-municipal). |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=189186) – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);  |
| **RAD-DGLOG-069 – Realizar Inventário Físico de Bens em Almoxarifado**Com vigência a partir de 15/01/2021 |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015 –** Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=189186) |
| [**Deliberação TCE/RJ nº 278/17** - Dispõe sobre a apresentação da Prestação de Contas Anual de Gestão, no âmbito da administração estadual e dá outras providências.](http://www.tce.rj.gov.br/deliberacao-por-assunto) |
| **RAD-DGLOG-070 – Estocar e Distribuir Materiais**Com vigência a partir de 10/10/2019 |
| [**Lei Federal nº 8.666/93**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm) - Regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; |
| [**Lei Federal nº 4.320/64**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm) – Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle de orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=189186&integra=1) – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ); |
| [**Resolução TJ/OE/RJ 01/2017**](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=200211&integra=1) - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.  |
| **RAD-DGL****OG-071 – Distribuir e Retirar Materiais de Consumo**Vigência a partir de 30/10/2019 |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=189186) – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ); |
| [**Aviso TJ nº 45/2011**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=146124)**-** Avisa aos responsáveis pelas UO que deverão realizar periódica avaliação dos materiais em estoque, mantendo na unidade apenas aqueles necessários às atividades do Órgão pelo período de 30 (trinta) dias, e dá outras providências;  |
| [**Ato Normativo nº 3/2009**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=139309) – Art. 24, I - Estabelece normas e diretrizes dos Atos funcionais dos Servidores do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, disciplinando os direitos e deveres e dá outras providências.  |
| **RAD-DGLOG-072 – Manutenção Corretiva**Com vigência a partir de 25/11/2019 |
| [**Ato Normativo 03/2019**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=215157&integra=1) - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências.  |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014** – dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e de serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=176990&integra=1) |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 01/2017**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=200211&integra=1) – aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;  |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 31/2014** – dispõe caber ao Diretor da Divisão de Manutenção do Departamento de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo habilitados, aqueles que atuarão como fiscais de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE nº 09/2014;](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=183116&integra=1) |
| [**Lei Federal nº 8666/93** – regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112922&integra=1) |
| [**Resolução nº 09 de 16/01/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);**](http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/RE_09_2003.pdf/f4af80d4-8516-4f9c-a745-cc8b4dc15727) |
| **RAD-DGLOG-****074 – Manutenção Preventiva Eletromecânica**Com vigência a partir de 02/12/2019 |
| [**Ato Normativo 03/2019**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=215157&integra=1) **-** Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;  |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=176990&integra=1) – dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e de serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);  |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 01/2017**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=200211&integra=1Novo%20Portal%20-%20Enviar) **–** aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;  |
| [**Resolução TJ/OE nº 31/2014**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=183116&integra=1) – dispõe caber ao Diretor da Divisão de Manutenção do Departamento de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo habilitados, aqueles que atuarão como fiscais de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014;  |
| [**Lei Federal nº 8666/93**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm) – regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;  |
| [**Resolução nº 09 de 16/01/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);**](http://portal.anvisa.gov.br/legislacao/?inheritRedirect=true#/visualizar/27096) |
| **RAD-DG****LOG-075 – Manutenção Preventiva de Obras e de Prédios**Com vigência a partir de 25/11/2019 |
| **Especificações de fabricantes**; |
| [**Ato Normativo 03/2019**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=215157&integra=1) - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;  |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 31/2014** – dispõe caber ao Diretor da Divisão de Manutenção do Departamento de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo habilitados, aqueles que atuarão como fiscais de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE nº 09/2014;](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=183116&integra=1) |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014** – dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e de serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=176990&integra=1) |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 01/2017**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=200211&integra=1) – aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;  |
| [**Resolução TJ/OE nº 31/2014**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=183116&integra=1) – dispõe caber ao Diretor da Divisão de Manutenção do Departamento de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo habilitados, aqueles que atuarão como fiscais de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014;  |
| [**Lei Federal nº 8666/93** – regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8666cons.htm) |
| [**Resolução nº 09 de 16/01/2013 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);**](http://portal.anvisa.gov.br/legislacao#/) |
| **ABNT NBR 5462 –** Confiabilidade e Mantenabilidade;  |
| [**ABNT NBR 5674** – Manutenção de edificações e procedimentos;](http://www.pmb.eb.mil.br/images/documentos/abnt/abnt_05674.pdf) |
| [**ABNT NBR 14037** – Manual de operação, uso e manutenção das edificações](https://www.ebah.com.br/content/ABAAAhWKQAC/abnt-nbr-14037-2011-versao-corrigida-2014) |
| **RAD-DGLOG-077 – Atender às Solicitações de Alterações de Layout e Readequação Predial**Com vigência a partir de 08/04/2019 |
| [**Ato Executivo Conjunto nº 129/07** - Resolve vedar alterações contratuais que impliquem em aumento de despesas, suprimem os postos de serviço vagos e dá outras providências;](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=140656) |
| [**Resolução TJ/OE nº 09/2014** - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ;](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=176990) |
| [**Ato Normativo da Presidência nº 01/2017** – Regulamenta a confecção de layout;](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=200397&integra=1) |
| [**Ordem de Serviço nº 02/2017** – Disciplina, no âmbito da Presidência do TJRJ, o trâmite dos processos administrativos que importem em despesas ou decisões administrativas que objetivem a implantação ou desenvolvimento de projetos.](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=201181&integra=1) |
| **RAD-DGLOG-078 - Monitorar e Avaliar a Fiscalização de Obras e de Serviços de Engenharia**Com vigência a partir de 27/10/2017 |
| **Resolução TJ/OE/RJ nº 31/2014** - Resolução TJ/OE/RJ nº 31/2014- Resolve que cabe aos Diretores dos Departamentos de Planejamento de Obras, de Fiscalização de Obras e de Manutenção da Diretoria-Geral de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo habilitados, aqueles que atuarão como fiscais de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE nº 09/2014; |
| **Resolução TJ/OE nº 09/2014** - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ; |
| **Lei Federal nº 8.666/93** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. |
| **RAD-DGLOG-079 - Gerir o Departamento de Transportes**Com vigência a partir de 30/10/2018 |
| [**Ato Normativo TJ nº 05, de 17/03/2014** - Resolve que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), seja a guarda permanente;](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=177810&integra=1) |
| [**Resolução TJ OE Nº 28, de 17/08/2015** – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ;](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=189186&integra=1) |
| [**Resolução TJ/OE nº 16/2015** - Estabelece política de gestão estratégica e atualiza as diretrizes para o Planejamento Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);](file:///%5C%5CDgcom-seesc03%5Cdocumentos%20seesc%5CRefer%C3%AAncias%20das%20Rotinas%20Administrativas%20%23%5CArquivos%5CResolu%C3%A7%C3%A3o%20TJ%5COE%20n%C2%BA%2016%5C2015%20-%20Estabelece%20pol%C3%ADtica%20de%20gest%C3%A3o%20estrat%C3%A9gica%20e%20atualiza%20as) |
| [**Resolução TJ/OE RJ nº 01/2017** - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=200211&integra=1) |
| **RAD-DGLOG-080 - Fiscalizar a Qualidade dos Materiais de Expediente e do Mobiliário do PJERJ**Com vigência a partir de 01/12/2020 |
| [**Lei Federal nº 8.666/93**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm) - Institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências; |
| [**Lei Federal nº 10.520/02**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm) – Institui no âmbito da União, Estado, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, XXI, da CF, modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outra providências; |
| [**Lei Federal nº 6938/81**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm) – Dispõe sobre a política Nacional do Meio Ambiente, e seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. |

|  |
| --- |
| **RAD-DGLOG-081 - Gerir o Departamento de Execução de Contratos de Prestação de Serviços**Com vigência a partir de 11/03/2020 |
| [**Ato Normativo Conjunto TJ nº 1/2003**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=139401&integra=1) - Aprova o Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – Atualizado pelo Ato Normativo TJ/CGJ nº 1/2004; |
| [**Ato Normativo TJ nº 05, de 17/03/2014**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=177810&integra=1) - Resolve que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), seja a guarda permanente; |
| [**Resolução TJ OE Nº 28, de 17/08/2015**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=189186&integra=1) – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ; |
| [**Resolução TJ/OE nº 16/2015**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=186968&integra=1) – Estabelece política de gestão estratégica e atualiza as diretrizes para o Planejamento Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ); |
| [**Resolução TJ/OE RJ nº 11/2018**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=213121&integra=1) – Altera a Resolução nº 01/2017 e aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. |
| **RAD-DGLOG-082 - Orçar Preços de Obras e Serviços de Engenharia**Com vigência a partir de 01/07/2019 |
| [**Lei 8.666 de 21/06/1993**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm) - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências; |
| [**Resolução CNJ nº 114/2010**](http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_114_20042010_02042019162727.pdf) - Dispõe sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras, parâmetros e orientações, critérios mínimos para execução das obras no âmbito do Poder Judiciário; |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=176990&integra=1) - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ; |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 11/2018**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=213121&integra=1) – Altera a Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2017, deste Órgão Especial; |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 01/2017**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=200211&integra=1) – Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências; |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 36/2014**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=184278&integra=1) – Dispõe sobre o Plano de Obras - Anexo I, elaborado conforme os Indicadores e Grupos de Prioridade.  |
| [**Instrução Normativa nº 40, de 22 de Maio de 2020**](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-40-de-22-de-maio-de-2020-258465807) – Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.  |
| **RAD-DGLOG-083 - Acompanhar Garantia de Obras de Prédios do PJERJ**Com vigência a partir de 25/06/2020 |
| [**Lei Federal no 8.666, de 21/06/1993**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm) - (Lei Geral de Licitações); |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 36/2014**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=184278&integra=1) **-** Dispõe sobre o Plano de Obras - Anexo I, elaborado conforme os Indicadores e Grupos de Prioridade; |
| [**Lei nº 10.406/2002**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm) **-** Código Civil (CC); |
| [**Lei nº 8.078/1990**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm) **–** Código de Defesa do Consumidor (CDC); |
| **ABNT NBR 14037 –** Diretrizes para Elaboração de Manuais de Uso, Operação e Manutenção de Edificações; |
| **ABNT NBR 5679 –** Requisitos de Gestão de Manutenção; |
|  **ABNT NBR 16636** - Elaboração de Projetos de Edificações; |
| **OT-IBR 003/2011-** Instituto Brasileiro de obras Públicas (IBRAOP). |
| **RAD-DGLOG-084 - Medir Serviços Executados na Fiscalização dos Contratos de Obras de Prédios do PJERJ**Com vigência a partir de 06/11/2020 |
| [**Lei Federal no 8.666, de 21/06/1993**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm)(Lei Geral de Licitações);  |
| [**Ato Executivo TJ nº 116/2019**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=216392&integra=1) - Delega competências ao Diretor Geral da DGLOG; |
| [**Resolução TJ/OE/RJ Nº 09/2014**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=176990&integra=1) - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do PJERJ; |
| [**Resolução TJ/OE/RJ Nº 31/2014**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=183116&integra=1) – Resolve que cabe aos Diretores dos Departamentos de Planejamento de Obras, de Fiscalização de Obras e de Manutenção da Diretoria Geral de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo habilitados aqueles que atuarão como fiscais de contratos de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE nº 09/2014; |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 36/2014**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=184278&integra=1) - Dispõe sobre o Plano de Obras - Anexo I, elaborado conforme os Indicadores e Grupos de Prioridade. |
| [**Ordem de Serviço nº 02/2017**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=201181&integra=1) – Disciplina, no âmbito da Presidência do TJRJ, o trâmite dos processos administrativos que importem em despesas ou decisões administrativas que objetivem a implantação ou desenvolvimento de projetos; |
| [**Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm) (Lei do Pregão); |
| [**Lei complementar nº 116 de 31/07/2003**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp116.htm) - Dispõe sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências;  |
| [**Lei 287/79 de 04 de dezembro de 1979**](http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/bc008ecb13dcfc6e03256827006dbbf5/ec546e9e252ee4ce032565cc0071c428?OpenDocument) - aprova o código de administração financeira e contabilidade pública do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. |
| **RAD-DGLOG-085 - Fiscalizar A Execução Dos Contratos De Obras De Prédios Do PJERJ**Com vigência a partir de 06/11/2020 |
| [**Lei Federal no 8.666, de 21/06/1993**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm)(Lei Geral de Licitações);  |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=176990&integra=1) - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do PJERJ;  |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 31/2014**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=183116&integra=1) – Resolve que cabe aos Diretores dos Departamentos de Planejamento de Obras, de Fiscalização de Obras e de Manutenção da Diretoria Geral de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo habilitados aqueles que atuarão como fiscais de contratos de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE nº 09/2014;  |
| [**Resolução TJ/OE/RJ nº 36/2014**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=184278&integra=1) - Dispõe sobre o Plano de Obras - Anexo I, elaborado conforme os Indicadores e Grupos de Prioridade.  |
| [**Ordem de Serviço nº 02/2017**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=201181&integra=1) – Disciplina, no âmbito da Presidência do TJRJ, o trâmite dos processos administrativos que importem em despesas ou decisões administrativas que objetivem a implantação ou desenvolvimento de projetos.  |
| **RAD-DGLOG-086 - Controlar a Concessão de Dispositivo Eletrônico – TAG para Frota de Veículos** Com vigência a partir de 31/07/2019 |
| [**Decreto-Lei nº 791, de 27 de agosto de 1969**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0791.htm) - Dispõe sobre o pedágio em rodovias federais e dá outras providências.  |
| [**Lei nº 7.172, de 28 de dezembro de 2015**](http://www2.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=7&url=L3NjcHJvMTUxOS5uc2YvMThjMWRkNjhmOTZiZTNlNzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzMvOTY3N2E2NDU1NTM3N2UzZDgzMjU4MTQ2MDA1MWE2Zjg/T3BlbkRvY3VtZW50)– Disciplina o funcionamento do sistema de identificação eletrônica para o pagamento de pedágios no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.  |
| [**Resolução AGETRANSP nº 23 de 24 de setembro de 2014**](http://www.agetransp.rj.gov.br/documents/10181/30593/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2BAGETRANSP%2Bn%C2%BA%2B23%2Bde%2B24%2Bde%2Bsetembro%2Bde%2B2014%2B-%2BCONSOLIDADA/5e094c5d-54cc-44bb-a00b-32d3677e3db4)– Dispõe sobre a isenção do pagamento da tarifa de pedágio para veículos oficiais próprios e locados da Administração Pública estadual no âmbito de rodovias estaduais concedidas.  |
| [**Ato Normativo nº 11 de 16 de novembro de 2018**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=213472&integra=1)- Estabelece normas relativas à aquisição, locação, classificação, cadastro, controle, utilização, infração de trânsito, sinistro, manutenção, cota de combustível e alienação dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  |
| **RAD-DGLOG-088 - Controlar e Atualizar as Minutas-Padrão de Editais e Termos Contratuais**Com vigência a partir de 15/07/2020 |
| [**Lei Federal no 8.666, de 21/06/1993**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm) **-** Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. |
| [**Lei Federal nº 10.520/02**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm) - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns; |
| [**Ato Normativo TJ nº 10/2018**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=213432&integra=1) - Estabelece o processo de contratação de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências; |
| [**Ato Normativo nº03/2019**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=215157&integra=1) – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências; |
| [**Lei Federal nº 9.784/99**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm) - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal; |
| [**Lei Estadual nº 5.427/09**](http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/e9589b9aabd9cac8032564fe0065abb4/ef664a70abc57d3f8325758b006d6733?OpenDocument) - Estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. |
| **RAD-DGLOG-090 - Elaborar Solicitação de Alteração Contratual para Contrato de Obra do PJERJ** Com vigência a partir de 03/11/2020 |
| [**Lei Federal no 8.666, de 21/06/1993**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm) **-** Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. |
| [**Resolução TJ/OE/RJ Nº 09/2014**](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=176990&integra=1) - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do PJERJ;  |
|  |

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**

**Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento**

**Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento**

**Elaborado e disponibilizado pela Equipe do Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da**

**Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento**

**Para sugestões, elogios e críticas:** **seesc@tjrj.jus.br**

**07/01/2021**